

O TEXTO NA SEMIÓTICA FRANCESA E NA RUSSA: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

THE TEXT IN FRENCH AND RUSSIAN SEMIOTICS: INTRODUCTORY NOTES

Paulo Gerson Stefanello¹

Resumo: Neste artigo, a proposta que considero é a de apresentar, introdutoriamente, alguns elementos que partem de duas perspectivas teóricas da semiótica: a linha francesa, na qual se destaca Greimas como precursor e o principal nome dos estudos da área, e a linha russa, cujos postulados de Lotman e de colegas da Escola de Tártu-Moscou alicerçam a teoria. O objetivo do trabalho é propor uma compreensão sobre como cada uma das abordagens lida com textos. Com isso, acredito que aqueles que se iniciam nos estudos semióticos possam definir o percurso mais adequado na compreensão e análise de seus objetos de pesquisa, tendo mais condições de se aprofundarem em uma das abordagens de que trato.

Palavras-chave: Greimas. Lotman. Semiótica. Texto.

Abstract: In this article, the proposal I take into account is to present, introductorily, a few elements from two of the theoretical perspectives of semiotics: the French line, in which Greimas stands out as precursor and the main name of the studies in the area, and the Russian line, whose postulates of Lotman and colleagues of the School of Tártu-Moscou support the theory. The purpose of the paper is to propose an understanding of how each of the approaches deals with texts. With this, I believe that those who start in semiotic studies may define the most appropriate course in understanding and analyzing their research objects and are better able to delve into one of the approaches I discuss here.

Keywords: Greimas; Lotman; Semiotics; Text.

Introdução

A ideia de desenvolver um texto introdutório que abarcasse algumas características das linhas francesa e russa dos estudos semióticos² surgiu de discussões que ocorreram em sala de aula na disciplina de Linguística que ministrei. Na ocasião, após apresentar noções de semiologia geral e dos textos pelos quais se interessa a semiótica, posicionamentos distintos se desenvolveram entre os alunos, de maneira que tocamos em pontos de convergência e de divergência entre as correntes francesa e russa.

¹ Doutorando em Linguística pela UFSCar. E-mail: pgrstefanello@hotmail.com

² Entre as abordagens semióticas desenvolvidas pelo mundo, três merecem destaque mais acentuado: as de linha francesa e russa, contempladas neste trabalho, e a de linha americana, cujo expoente é Charles Sanders Peirce. Atenho-me a não tratar da semiótica peirceana devido ao conhecimento e familiaridade sobre ela que me são insuficientes para tratar a noção de texto.

Haja vista o interesse manifestado pela temática, fui sugerido a reunir alguns conceitos basilares de cada uma das linhas supracitadas, no sentido de elucidar como o texto é concebido semioticamente a partir de tais abordagens.

Assim, permito-me já avançar aos dois próximos itens, cada qual dedicado às duas linhas teóricas sobre as quais discuto, reconhecendo que é mais interessante que a introdução não os anteceda, mas que os componha.

1. Elementos de semiótica francesa

A semiótica de corrente francesa, fundada por Algirdas Julien Greimas (1917-1992), linguista lituano, radicado na França, apresenta raízes de conceitos definidos por Saussure³ e Hjelmslev⁴; assim, consegue-se afirmar que sua base concentra postulados estruturalistas e trata a língua como uma instituição social. Essa instituição pode ser compreendida a partir de signos que, ao se unirem a outros, serão responsáveis por um processo de significação. A terminologia “significação pode ser parafraseada quer como ‘produção de sentido’, quer como ‘sentido produzido’ (...)”, “a significação inscreve-se como ‘sentido articulado’ na dicotomia sentido/significação” (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p. 459)

Para a teoria francesa, a noção de texto aponta para seu entendimento como objeto de significação, de modo que é de seu interesse compreender os mecanismos de sentido que fazem o texto funcionar como um todo de sentido. Dessa maneira, pode-se assumir que todo texto, independentemente de sua manifestação, é passível de análise sob a perspectiva semiótica greimasiana.

Fiorin (1995, p. 166) enaltece que tal perspectiva concebe “uma teoria gerativa, sintagmática e geral”, cujo “escopo é estudar a produção e a interpretação dos textos”, de maneira que o conteúdo dos textos que perpassam por sua instrumentalização possa “ser analisado separadamente da expressão, uma vez que o mesmo conteúdo pode ser veiculado por diferentes planos de expressão (por exemplo, uma negativa pode ser manifestada pela palavra *não* ou por um gesto da cabeça ou do indicador)”.

A interpretação que se objetiva desenvolver por meio da instrumentalização semiótica está pautada num esquema bastante racional e funcional, dividido em níveis

³ Para Saussure (2001, p. 80-1), “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces”, além de ainda o ser “a combinação do conceito e da imagem acústica”.

⁴ Para Hjelmslev (2006, p. 49-50), o signo requer uma significação, não pode o ser de modo vazio, sem natureza, entretanto, necessita de um contexto, não podendo carregar significação se analisado de maneira isolada. “É necessário, assim abster-se de acreditar que um substantivo está mais carregado de sentido do que uma preposição, ou que uma palavra está mais carregada de significação do que um sufixo de derivação ou uma terminação flexional”.

distintos de análise textual, cuja estrutura hierárquica oferece uma possibilidade de compreensão que não deve ser vista como única, mas como uma entre outras alcançáveis, organizada de modo coerente, sistemático e condizente com o rigor científico que propõe a disciplina. O sistema de funcionamento textual pode ser compreendido por meio do percurso gerativo de sentido.

O percurso gerativo de sentido “é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido” (FIORIN, 2005, p. 17) e constitui-se numa divisão em três níveis: o primeiro, o nível fundamental, tem foco nas categorias semânticas que visam à organização do texto e possibilitam reconhecer dualidades por meio das quais se atribui alguma significação; o segundo, o nível narrativo, caracteriza-se pela concatenação de enunciados de estado e de fazer, que permitem determinar relações entre sujeitos e objetos, bem como transformações que ocorrem a partir dessas relações; o terceiro, o nível discursivo, reúne abstrações, superficialidades significativas revestidas de termos isolados que lhe dão certa concretude (FIORIN, 2005).

No nível discursivo de análise, uma série de elementos que se engendram não de maneira contextual ao discurso enunciado, mas a ele inerentes, é utilizada. Trata-se da enunciação que aparece no nível discursivo, para a qual, obrigatoriamente, devem ser considerados o enunciador e o discurso por ele enunciado, assim como os efeitos de sentido possivelmente projetados por essa enunciação. A necessidade e a relevância em se ater ao nível discursivo devem-se à clareza com a qual se pode depreender sentidos previstos e imprevistos pelo enunciador enquanto sujeito discursivo.

Já no que se refere ao nível narrativo do percurso gerativo de sentido, as estruturas fundamentais revelam-se associadas à ordem do fazer. Os enunciados narrativos podem, portanto, ser apresentados sob dois aspectos: o primeiro trata do enunciado de estado, que configura o estado de um sujeito em relação a um objeto num determinado momento; o outro, o enunciado de transformação, engloba o fazer dos sujeitos a fim de alterar seu estado em relação ao objeto valorado euforicamente (OLIVEIRA e LANDOWSKI, 1995).

Esses objetos podem ser de valor (Ov) ou modais (Om). Os primeiros representam algo a que se atribui valor, pois este algo é desejado por um sujeito, de alguma maneira; os segundos são como mediadores, isto é, são utilizados com o propósito de alcançar/conquistar um objeto-valor. Lopes e Hernandez fazem uso de uma explicação bastante didática para essa compreensão, a que tomo a liberdade de compartilhar:

[...] há sempre um sujeito que se coloca em busca de um objeto que representa um valor para ele. Quando falamos em objeto não estamos necessariamente nos referindo a algo palpável, mas sim à meta do sujeito, aquilo que quer alcançar. Não importa se estamos contando a história de um príncipe em busca do casamento com a princesa, e um universitário em busca do diploma, de um empresário em busca da melhoria dos lucros da sua empresa, etc. Todas essas narrativas têm em comum um sujeito que busca um objeto-valor. A ideia é alcançar essa meta, que, em termos semióticos, significa entrar em conjunção com o objeto-valor. O caminho trilhado por essas ações constituirá a narrativa desse sujeito. Esta, portanto, partirá sempre de uma necessidade de busca do objeto-valor pelo sujeito, ou seja, de uma situação de disjunção (2005, p. 29).

Uma vez que um sujeito é verificado estando em harmonia com dado objeto, sendo seu detentor, diz-se que sujeito está em conjunção com ele, caso o contrário seja verdadeiro, o sujeito encontra-se em disjunção com objeto (FIORIN, 1999, 2005; BARROS, 2003; 2005).

Ainda, o discurso é narrativizado a partir das transformações promovidas pelos actantes⁵ envolvidos numa situação. Para desempenhar uma ação transformadora, é necessário que o sujeito saiba e possa fazê-la, ou seja, que seja competente para tal, e, em concomitância, queira e/ou deva fazê-la (FIORIN, 1999, p. 9) Todo o processo que envolve desde o fazer do sujeito com vistas à alteração de seu estado em relação ao objeto-valor até a verificação desse fazer, constrói-se por meio de quatro funções canônicas, em que uma pressupõe a seguinte, estruturando a sintaxe narrativa. Greimas e Courtés (2008, p. 389) apresentam-nas:

- a) Manipulação, caracterizada pela ação de um sujeito sobre outro(s) a fim de fazê-lo(s) cumprir(em) uma dada ação a partir dos processos de intimidação, sedução, provocação ou tentação, apresentados a seguir; é o momento em que um sujeito *faz* o outro *fazer* algo;
- b) Competência: estágio em que o sujeito ou *quer* ou *deve fazer* um determinado programa narrativo e, além disso, é dotado de um *saber* e/ou de um *poder fazer* alguma coisa;
- c) Performance, caracterizada pela ação, propriamente dita, que ocasiona a transformação da narrativa. O sujeito do fazer realiza a ação a fim de transformar o enunciado de estado que vinha sendo mantido até então;
- d) Sanção, representada por um ambiente de julgamento do sujeito do fazer, castigando-o ou recompensando-o por sua ação.

⁵ Greimas e Courtés (2008, p. 21) definem o termo actante como uma espécie de “unidade sintática, de caráter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e/ou ideológico”.

Admitindo o modelo greimasiano do percurso gerativo de sentido, Barros (*apud* LANDOWSKI e OLIVEIRA, 1995, p. 87) propõe três estágios por pressuposição, ao invés dos quatro citados anteriormente, são eles a manipulação, a ação e sanção, apenas. No entanto, as características gerais mantêm-se semelhantes entre os modelos.

Para a semiótica discursiva – como também é conhecida a linha francesa desta teoria – todo fazer é movido por um mecanismo manipulador que parte do sujeito enunciador (destinador) direcionado aos seus enunciatários. Os sujeitos modalizam as funções do *crer*, do *querer*, do *saber* e do *poder* fazer. De acordo com Tatit (2002, p. 191), a manipulação compreende “o esforço do destinador no sentido de despertar a confiança do destinatário (fazer crer) para, em seguida, completar a manipulação, fazendo-o fazer ou não fazer.” A manipulação, portanto, é uma função natural na relação dialógica interativa entre os sujeitos de um texto, e pode ser desempenhada, como o mesmo autor apresenta, a partir de quatro classificações distintas:

- a. Sedução: o destinador manifesta um saber fazer do destinatário, elogiando-o ou enaltecendo-o de tal maneira que um sinal de recusa à manipulação se equipararia à renúncia a todas as qualidades que lhe foram atribuídas até então;
- b. Tentação: capacidade demonstrada pelo destinador em poder fazer o destinatário querer fazer, apresentando-lhe algum tipo de recompensa;
- c. Provocação: quando o primeiro actante obtém com o seu saber fazer o dever fazer do destinatário, já que o conduz a agir como única forma de refutar a depreciação que lhe foi imposta;
- d. Intimidação: apresenta um destinador dotado de um poder fazer (normalmente extradiscursivo) com que o destinatário deva fazer algo a partir de algum tipo de repressão (TATIT, 2002, p. 191).

Por fim, como a partida do percurso de análise habitualmente (mas nem sempre, nem via de regra) sai do nível discursivo para o nível fundamental, é neste último que existe a responsabilidade de atribuir, considerando o discurso construído, algum resquício de sentido, ainda não lapidado, mas suficiente para gerar significação;

compreende a(s) categoria(s) semântica(s) que ordena(m), de maneira mais geral, os diferentes conteúdos do texto. Uma categoria semântica é uma oposição tal que a vs. b. Podem-se investir nessa relação oposições como vida vs. morte, natureza vs. cultura, etc. Negando-se cada um dos termos da oposição, teremos não a vs. não b. Os termos a vs. b mantêm entre si uma relação de contrariedade. A mesma coisa ocorre com os termos não a vs. não b. Entre a e não a e b e não b há uma relação de contraditoriedade. Ademais, não a mantém com b, assim como não b com a, uma relação de implicação. Os termos que mantêm entre si uma relação de contrariedade podem manifestar-se unidos (FIORIN, 1999, p. 4).

É oportuno destacar, nesse nível, a existência de uma oposição semântica visível no texto a ser estudado, isto é, deve-se estabelecer uma relação entre polos, tomando os termos que se opõem como objetivos almejados pelo enunciador.

Os valores eufóricos e disfóricos “não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto” (FIORIN, 2005, p. 20), isto é, ao considerar os termos de uma oposição semântica como eufóricos ou disfóricos, só o faz-se a partir do contexto que o texto oferece.

Valorados os objetos, se consegue representar a sua trajetória, do ponto de vista da oposição semântica apontada, através do quadrado semiótico de Greimas. O quadrado semiótico é uma representação visual da articulação lógica de uma dada categoria semântica. Em Saussure já se tinha conhecimento a respeito da relação de oposição entre ao menos dois termos, a qual Jakobson elevava a uma estrutura binária. Agora, alcança-se a noção do quadrado semiótico, definido por Fidalgo (1999, p. 94) como “um procedimento estruturalista na medida em que um termo não se define substancialmente, mas sim pelas relações que contrai”.

Ademais, o “quadrado semiótico organiza logicamente os termos da estrutura fundamental” (LARA e MATTE, 2009, p. 21), conferindo-o, assim, relevância devido à possibilidade de tecer relações significativas sobre quaisquer textualizações e, sob o aspecto das relações de identidade, que são de fundamental importância para a concretização desse estudo, pode-se afirmar que “encontram-se, à partida, estabelecidas nas estruturas de profundidade” (FIDALGO, 1999, p. 96).

Desta maneira, tem-se a compreensão de um texto associada intimamente a processos discursivos, narrativos, e elementares no que respeita às oposições semânticas que fundamentam, interpretativamente, as intenções autorais. O texto, então, deve passar por um processo cuidadoso e articulado de uma análise esquemática, para que, somente depois, seja possível sugerir uma ou mais compreensões sobre ele.

2. Elementos de semiótica russa

A vertente russa de semiótica, também conhecida como Semiótica da Cultura, tem seu surgimento datado por volta da metade do século XIX, com Baudouin e sua teoria do fonema, Viesselovski e a poética, Marr e a teoria estadial, e Littré, que trabalhou sobre a vida dos signos e a comunicação.

As proporções tomadas pela Semiótica da Cultura em escala internacional constituíram-se dos estudos de Iuri Lotman, primordialmente, e de Boris Uspenkiy, de modo que sua inserção formal como disciplina na Universidade de Tártu exerceu papel importante para a continuação e o desenvolvimento da ciência. Lotman, juntamente com outros professores, participou de movimentos formalistas e estruturalistas, interessando-se claramente pelos modos de ver o mundo e de reconhecer os valores sociais vinculados a eles, de maneira que, para cumprir tal propósito, um caráter de interdisciplinaridade mostrasse-se imprescindível para a proposição de um diálogo entre a linguística com outras áreas do conhecimento, das quais um dos interesses repousasse na compreensão do homem semiótico.

Sua proposição e emergência foram motivadas pela necessidade de entendimento das relações que existiam e existem entre comunicação e cultura e dos mecanismos da cultura que funcionam como geradores de signos.

Para isso, analisar a cultura como um fenômeno de conjunção de textos organicamente entrelaçados, tais como religião, literatura, artes e comportamento, por exemplo, a abranger todos os códigos e sistemas semióticos culturais em cuja presença de uma relação de modelização fosse inerente, responsável pela representação da signicidade dos objetos, era o anseio maior.

A noção de gêneros desenvolvida por Bakhtin fica bastante realçada na modelização semiótica, uma vez que o alicerce da cultura está “sobre a língua natural e sua relação com ela constitui um de seus parâmetros essenciais”, de forma que cada cultura possua códigos culturais que são os sistemas semióticos, modelizantes, subclassificados em sistemas modelizantes primários, que são aqueles que compreendem a língua natural, e sistemas modelizantes secundários, que, por sua vez, compreendem o mito, a arte, a literatura, entre outros, através dos quais seria possível descrever representações para além da língua.

Admite-se, com isso, o caráter histórico que se manifesta na manutenção cultural de um dado grupo, isto é, os fatos e dados que modelizam o sistema semiótico através do tempo ao ponto de influenciar o sistema contemporâneo e os indivíduos que nele interagem.

Com esse entendimento, Lotman (2010, p. 33) sublinha que “cada tipo de codificação da informação histórico-cultural está ligado às formas radicais da autoconsciência social, da organização das coletividades e da auto-organização da personalidade”. Quaisquer que sejam os códigos hierárquicos presentes num tipo de cultura, eles permitem decifrar sua hierarquia a partir de uma estrutura de código idêntica ou de outra de outro código. Ao ler um texto sagrado, por exemplo, o leitor atual adere à semântica que constitui e compreende o

texto a partir de códigos estruturais diferentes dos do autor, o que faz com que o tipo de texto não mais seja sagrado, mas literário, entretanto.

Todo código cultural determina se ele próprio funciona como dominante ou como subordinado num texto. A atenção merecida ao estudo dos contatos culturais, por exemplo, tão incontáveis e ora tão naturalizados, outrora tão conflitantes, deve-se à unificação de duas hierarquias de estruturas de códigos compatíveis, por meio da qual obtém-se um novo tipo cultural. “Se, porém, chocam-se dois códigos incompatíveis, ocorre a sua mútua destruição: a cultura perde a sua língua” (LOTMAN, 2010, p. 36).

O desenrolar deste conceito admite a existência do homem nas formas do *eu* e do *outro*, ou seja, representa o exercício da linguagem sempre pautada nas relações sociais, tornando-a um processo de interação verbal e social por meio do qual os indivíduos são, significativamente, construídos, inaugurados e confirmados a partir de características identitárias que se firmam. É, portanto, no espaço da semiosfera que se pode verificar o modo como as culturas interagem entre si (passando, aqui, a entender a cultura como um texto) e como a essa interação (ocorrência de diferentes semioses) assegura um campo de constante semiodiversidade que, viciosamente mantém viva a própria semiosfera.

Com o quadro aqui desenhado, faz-se necessário abordar uma noção fundante da teoria semiótica russa: a noção de fronteira. A semiosfera tem sua estrutura internamente organizada em núcleo e periferia (LOTMAN, 1996), sendo que no primeiro se manifesta a essência dos sistemas semióticos. À medida que um dado sistema atravessa os limites do núcleo de uma semiosfera *a*, indo em direção à periferia da mesma semiosfera *a* e às periferias de outra semiosfera *b*, tem-se um novo espaço em que aqueles signos que constavam em *a* não mais tenham a mesma carga de significados. Para o teórico, isso significa que existe um conjunto de pontos concomitantemente pertencentes ao interior e ao exterior da semiosfera e que essa fronteira é o espaço de maior tensionamento na semiosfera, pois é, justamente, o espaço onde ocorre a tradução de um mundo para o outro (interior e exterior).

Osimo (2008) assegura que a noção de fronteira é o que constrói a necessidade da tradução. “Onde não há fronteiras, não há necessidade de tradução” (p. 29). A função da fronteira, conforme sua concepção, é a de filtrar o que acessa o espaço semiótico. Ela serve como um mecanismo que garante

uma distinção entre o próprio e o alheio; um filtro das comunicações externas e sua tradução para a própria língua, assim como a transformação da não-comunicação externa em comunicação, ou seja, a semiotização do que provém de fora e sua transformação em informação. Segundo este ponto de vista, todos os mecanismos de

tradução a serviço dos contatos com o exterior pertencem à estrutura da semiosfera. (OSIMO, 2008, p. 29).

Com a intenção de enaltecer um diálogo que de fato existe ente Lotman e Bakhtin, este último autor deixa bastante claro que “cada vivência interior está na fronteira, encontra-se com outra, e nesse encontro tenso está toda a sua essência” (BAKHTIN, 2014[1929], p. 341). Ainda que não se utilizasse da teoria da semiosfera, Bakhtin abriu um caminho próprio de raciocínio que condiz com aquele proposto por Lotman para estabelecer um rumo para compreender e teorizar o funcionamento textual.

O funcionamento de textos da cultura, sob o viés lotmaniano de análise, ganhava corpo com a ideia de que dados textos se deslocam, migram dos centros para as periferias, e adentram as periferias de outras semiosferas.

Desse deslocamento, inerente à própria organização cultural, emerge o caráter tradutório, independentemente do idioma no qual os textos assim se constituem. Para Lotman, “a tradução é o primeiro mecanismo da consciência [e que] expressar alguma coisa em outra linguagem é uma forma de compreendê-la”, de modo que se verifique que “a situação dialógica cria a linguagem comum que subjaz à tradução das mensagens” (1990, p. 143).

Tão relevante e incorporado à noção de fronteira por onde passam os textos da cultura, o conceito de tradução trabalhado sob a perspectiva da semiótica russa merece um espaço para discussão de que não disponho neste texto. Suas fronteiras limitam-me e limitam a breve apresentação que proponho, embora firme o compromisso de dedicar-me a outro texto com certa exclusividade à tradução.

Considerações finais

Ao passo que os estudos semióticos se desenvolvem nas distintas correntes teórico-metodológicas, torna-se possível perceber que problemas idênticos analisados em distintos vieses trazem à tona elementos próprios do percurso escolhido pelo semioticista.

Consideradas a regularidade da teoria semiótica francesa, sua logicidade, sua instrumentalização e todo o aporte teórico de que dispõe na proposição de uma leitura de certos fatos no mundo, é impossível não associá-la a alguma regularidade do próprio pensamento humano e de como o homem age no mundo a partir de critérios mais ou menos estáticos, consolidados no senso comum e que regem o modo como compreendemos e como agimos, tal como se houvesse uma classificação contundente do certo e do errado, de modo que pudéssemos regular os níveis de nossos atos e nos conscientizarmos das supostas consequências que geram conforme seu enquadramento.

No texto não é diferente. Existem elementos e construções linguísticas de que nos utilizamos para efetivar um ato comunicacional que, certamente, exporão as matizes de nosso ser e estar no mundo, ainda que não sejamos inteiramente conscientes do que dizemos. Nossos discursos são responsáveis por essa transparência inicial e à medida que nos aprofundamos na compreensão desses discursos é que temos a oportunidade de nos conhecermos melhor e de conhecer melhor o outro que discursiviza.

Não podemos, contudo, ignorar a influência cultural de tudo aquilo que nos cerca e de toda semiose agregada a esses signos. Através da semiótica russa, a perspectiva dos contatos culturais, tão enriquecedores para a nossa própria experiência, prevalece sobre qualquer naturalização/estaticidade que possa haver num texto. Os rumos que fornece são aqueles que precisam dialogar com outros campos que se voltam às diversas identidades que nos compõem e que, claramente, justificam o que fazemos e como compreendemos o que o outro faz.

A proposta deste artigo, nesse sentido, não foi a de apontar ao leitor qual das duas perspectivas teóricas da semiótica aqui tratadas é mais pertinente, mesmo porque isso seria impossível e incoerente com a própria semiótica. A proposta constitui-se, simplesmente, em apresentar elementos e alguns direcionamentos que cada perspectiva adota quando se importa com o texto.

A complexidade de ambas as correntes é inegável. Dispõem elas de um instrumental bastante exigente através do qual o semioticista pode delinear um percurso de análise que entender ser mais adequado ao objeto de estudo ao que volta suas preocupações.

A importância de introduzir alguns elementos destas duas disciplinas é dada justamente pela contribuição que cada linha teórica pode proporcionar à compreensão de um dado objeto de pesquisa.

Por fim, acredito ser válido ressaltar que os elementos que fiz questão de trazer a este texto não compreendem uma visão integral da semiótica, isso seria, de fato, impossível a) pelo espaço limitado do artigo proposto e b) pela complexidade de cada teoria, que aos poucos vão sendo mais bem compreendidas e aplicadas em solo brasileiro.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014[1929].
- FIDALGO, Antônio. *Semiótica Geral*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. *Revista Organon*, vol. 9, nº 23, 1995, p. 165-176.

_____. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. *Revista D.E.L.T.A.*, vol. 15, nº 1, 1999, p.177-207.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

GREIMAS, Algirdas Julien e COURTÈS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

LANDOWSKI e OLIVEIRA, Ana Cláudia de. *Do Inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995.

LARA, Glaucia Muniz Proença e MATTE, Ana Cristina Fricke. *Ensaio de Semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LOTMAN, Iuri. *Estética e semiótica do cinema*. Lisboa: Estampa, 1978

_____. *La Semiosfera I*. Trad. Desidério Navarro. Madri: Catedra, 1996.

_____. Sobre o problema da tipologia da cultura. Tradução Lucy Seki. In: SCHNAIDERMAN, B.; SEKI, L. (Orgs.). *Semiótica russa*. Tradução Aurora Fornoni Bernardini. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 31-41

OSIMO, B. Curso de Tradução. Disponível em: <http://courses.logos.it/EN/index.html>. 2008. Acesso em: 10 mar. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística*. vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002.

Artigo recebido em: 07/06/17

Artigo aceito em: 20/07/17